# TERMO DE REFERÊNCIA
**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 003/2026**
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2026**

## 1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS INDUSTRIAIS E FERRAMENTAS PARA USO NA MANUTENÇÃO DA USINA DE BRITAGEM DO PROGRAMA SC NORORESTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMNOROESTE – CIMAM.

## 2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

| Item | Descrição | Unidade | Quantidade |
|---|---|---|---|
| 1 | CORREIA EM V TIPO B60 | unidade | 50 |
| 2 | CORREIA EM V TIPO C136 | unidade | 50 |
| 3 | CORREIA EM V TIPO C220 | unidade | 20 |
| 4 | ENGRAXADEIRA 211 CR COM MANGUEIRA DE 1,5M – CAPACIDADE 4KG | unidade | 1 |
| 5 | BICOS BOMBA GRAXA 4 CAST ROSCA 1/8 NPT | unidade | 6 |
| 6 | ELETRODOS E 6013 2,5MM | Kg | 10 |
| 7 | DISCO DE CORTE INOX 115 X 1,0 X 22.2MM | unidade | 50 |
| 8 | ALICATE DE PRESSÃO 10 810/10 | unidade | 1 |
| 9 | DESINGRIPANTE | unidade | 8 |
| 10 | LIMPA CONTATO SPRAY 300ML/200G | unidade | 8 |
| 11 | MARRETA COM CABO 5KG | unidade | 1 |
| 12 | PÁ AJUNTADEIRA COM CABO | unidade | 1 |
| 13 | ENXADA 2,0L CB 130CM | unidade | 1 |
| 14 | BARRA DE ROSCA 1/2 (BARRA DE 1METRO) | unidade | 4 |
| 15 | BARRA DE ROSCA 5/16 (BARRA DE 1METRO) | unidade | 4 |
| 16 | BARRA DE ROSCA 3/8 (BARRA DE 1METRO) | unidade | 4 |
| 17 | BARRA DE ROSCA 5/8 (BARRA DE 1METRO) | unidade | 4 |
| 18 | BARRA DE ROSCA 7/8 (BARRA DE 1METRO) | unidade | 4 |
| 19 | PORCA PARA PARAFUSO (1/2 X 3/4) | unidade | 50 |
| 20 | PORCA PARA PARAFUSO (5/16 X 2) | unidade | 50 |
| 21 | PORCA PARA PARAFUSO (3/8 X 2,5) | unidade | 50 |
| 22 | PORCA PARA PARAFUSO (5/8 X 15/16) | unidade | 50 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 23 | PORCA PARA PARAFUSO (7/8) | unidade | 50 |
| 24 | MORSA DE BANCADA N. 05 SEM MORDENTE | unidade | 1 |
| 25 | ESTOPA (SACO 10KG) | unidade | 5 |
| 26 | CHAVE DE IMPACTO 20V 1/2 + KIT DE CARREGAMENTO BOLSA, CARREGADOR 2 BATERIAS 5AH | unidade | 1 |

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de suprimentos industriais e ferramentas destinados à manutenção corretiva e preventiva da usina de britagem vinculada ao Programa SC Noroeste, sob responsabilidade do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da AMNoroeste – CIMAM. Esses materiais são indispensáveis para assegurar o adequado funcionamento dos equipamentos, possibilitando a execução contínua das atividades operacionais, a redução de paradas não programadas e o aumento da vida útil dos maquinários utilizados no processo de britagem.

A contratação contempla o fornecimento de itens compatíveis com as especificações técnicas exigidas pela usina, garantindo qualidade, segurança e eficiência na realização dos serviços de manutenção. Dessa forma, busca-se manter a regularidade da produção, preservar o patrimônio público e assegurar que as demandas do Programa SC Noroeste sejam atendidas de maneira eficaz, econômica e em conformidade com os princípios da administração pública.

## 4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação da contratação decorre da necessidade contínua de garantir o pleno funcionamento da usina de britagem do Programa SC Noroeste, administrada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da AMNoroeste – CIMAM, cuja operação depende diretamente da realização de manutenções corretivas e preventivas em seus equipamentos e estruturas. A ausência ou insuficiência de suprimentos industriais e ferramentas adequadas compromete a execução dessas manutenções, podendo ocasionar interrupções nas atividades, redução da produtividade, aumento de custos operacionais e riscos à segurança dos trabalhadores.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada para o fornecimento desses materiais mostra-se essencial para assegurar a disponibilidade imediata de itens compatíveis com as especificações técnicas exigidas, garantindo qualidade, eficiência e confiabilidade nos serviços de manutenção. Além disso, a medida atende aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, uma vez que a manutenção adequada da usina

contribui para a preservação do patrimônio público, para a regularidade do atendimento às demandas do Programa SC Noroeste e para o cumprimento dos objetivos institucionais do CIMAM.

### 4.1 MOTIVAÇÃO

Os seguintes fatores motivaram essa contratação:

a. Necessidade de garantir a continuidade operacional da usina de britagem do Programa SC Noroeste, evitando paralisações decorrentes da falta de suprimentos industriais e ferramentas adequadas para manutenção;
b. Demanda permanente por manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos, essencial para assegurar o bom desempenho, a confiabilidade e a segurança das operações;
c. Redução de custos operacionais, considerando que a manutenção planejada minimiza a ocorrência de falhas graves e despesas decorrentes de reparos emergenciais.

## 5 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade.

Dessa forma a regra é licitar, entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções gerenciais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, a Dispensa de Licitação e Inexigibilidade de Licitação, encontradas nos arts. 74 e 75 da Lei 14.133/2021, para situações específicas com impossibilidades de competição ou dispensáveis de licitação.

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes deverão seguir as disposições relativas à Dispensa de Licitação, conforme previsto no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

> Art. 75. É dispensável a licitação:
> II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;
> [...]
> § 2º Os valores referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei. [...]

## 6 PRAZO E VIGÊNCIA

O contrato resultante deste processo de contratação direta será formalizado por meio de nota de empenho de despesa. A vigilância da compra permanecerá até o cumprimento integral das obrigações, incluindo a entrega do produto, o pagamento e a recebimento definitivo pelo responsável.

## 7 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Prevê o art. 72, inciso IV, da Lei Federal n. 14.133/2021 que o dispêndio financeiro resultante da contratação que se pretende realizar deve ser compatível com a previsão de recursos orçamentários da administração:

> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...]
> IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; [...]

As despesas para a execução do objeto do presente Processo Administrativo Licitatório ocorrerão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2026.

Órgão 01.00 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINARITÁRIO DA AMNOROESTE
Unidade: MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SC NOROESTE – PSCN
Funcional: 26.782.0002.2.002
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00
Fonte de Recursos - 1.880.0000.0000

Assim, utilizando-se da estimativa do valor da contratação resultante da pesquisa de preços realizada, verifica-se a compatibilidade de valores, conforme saldo atualmente disponível.

## 8 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Prevê o art. 72, incisos V a VII, da Lei Federal n. 14.133/2021 que a justificativa de escolha do contratado e de seu preço, assim como a comprovação da habilitação, deverá constar no processo de contratação direta, nos seguintes termos:

> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...]
> V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
> VI - razão da escolha do contratado;
> VII - justificativa de preço; [...]

Como regra, a escolha do contratado – e consequentemente do preço a ser contratado e a comprovação de sua habilitação – dar-se-á em momento seguinte ao Termo de Referência,

o qual, tratando-se de contratação direta, busca sintetizar as principais informações acerca do objeto a ser contratado e das condições que regerão a futura contratação. Ao contrário do que ocorre em um processo licitatório, não seria cabível expor no Termo de Referência um método objetivo para seleção de fornecer, eis que se estaria a esboçar um processo licitatório, não uma contratação direta.

Assim, para fins de cumprimento do disposto no art. 72, incisos V a VII, da Lei Federal n. 14.133/2021, a Administração deverá, nesse momento posterior ao Termo de Referência, demonstrar que aquele que pretende contratar preenche todos os requisitos previstos neste Termo de Referência, necessários à execução do objeto, e que seu preço é compatível com o mercado, de modo a garantir a objetividade, isonomia e publicidade necessária a todas as contratações.

Nesse sentido, dispõe Joel de Menezes Niebuhr7:

> [...] depois de definir o objeto e as condições de execução do futuro contrato (inciso I do artigo 72), depois de definir o preço de referência (inciso II do artigo 72) e de realizar as previsões orçamentárias (inciso IV do artigo 72), a Administração Pública deve escolher com quem contratar e justificar a sua opção (inciso VI do artigo 72), o que passa pela apuração da proposta para si mais vantajosa (inciso VII do artigo 72) e pela investigação das qualificações do futuro contratado (inciso V do artigo 72). Nessa fase, ela não precisa tratar todos os possíveis interessados com igualdade, o que seria necessário se ela devesse proceder à licitação pública. Repita-se, nos casos de dispensa e de inexigibilidade são aceitos agravos à isonomia, que cede parcialmente em face da impossibilidade de realizar a licitação pública ou da proteção de outros valores relacionados ao interesse público. Contudo, no mesmo passo, não se quer afirmar que a isonomia é derrogada por completo, porque a Administração Pública não pode fazer valer discriminações desproporcionais e desnecessárias. Portanto, para escolher o contratante, a Administração Pública não é obrigada a tratar todos os possíveis interessados com igualdade, todavia, deve fazê-lo na maior medida possível.

E, Juliano Heinen8:

> Trata-se de mais uma providência que, se de um lado melhora o controle das contratações públicas, de outro aumenta significativamente a burocracia. A justificativa objetiva sobre o fornecedor não pode ser levada ao extremo ou tornada absoluta. De outro lado, não se pode admitir que o processo de contratação direta se dê em função de mera indicação de critérios evidentemente subjetivos para a escolha do aludido contratado, sem a necessária justificativa. Há de se ter um equilíbrio aqui.

Assim, configura-se como suficiente para escolha do fornecedor a demonstração de preenchimento de todos os requisitos previstos neste Termo de Referência, necessários para a execução do objeto, e de compatibilidade do preço contratado com o praticado no mercado e com o limite para dispensa por baixo valor, sempre considerando a proposta mais vantajosa para a administração prevalecerá.

## 9 HABILITAÇÃO

Os documentos a serem exigidos, para fins de habilitação, deverão ser enviados juntamente com o cadastro da proposta inicial.

- **a.** Certidão Negativa Municipal da sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata;
- **b.** Certidão Negativa Estadual;
- **c.** Certidão Negativa Federal;
- **d.** Certidão Negativa Trabalhista;
- **e.** Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS;
- **f.** Certidão Consolidada de Pessoa Jurídica - TCU;
- **g.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

## 10 MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

O objeto do presente termo de referência será recebido em remessa única.

O não cumprimento dos prazos de entrega do objeto acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades.

A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do processo licitatório de dispensa de licitação e seus anexos, notificando imediatamente a empresa e abrindo prazo para correção do problema, sob pena de ser encaminhado o processo para apuração de responsabilidades e aplicação de sanções.

## 11 VALOR ESTIMADO

O Valor estimado da contratação do objeto é de R$ 18.221,50 (dezoito mil, duzentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), inferior, portanto, ao limite traçado pelo legislador para a vantajosidade do custo-benefício da realização de licitação, razão pela qual, estando autorizado para tal, realizar-se-á a contratação direta pela dispensa de licitação prevista no art. 75, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/2021.

## 12 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Em conformidade com o art. 117 da Lei Federal n. 14.133/2021, deverá ser designado fiscal de contrato e representante da administração pública para acompanhamento e fiscalização

da execução dos contratos celebrados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º do referido diploma legal.

Nos termos do art. 140 da Lei Federal n. 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido, provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, verificando se a publicação cumpriu as exigências de caráter técnico descritas neste Termo de Referência; e, definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante verificação de atendimento das exigências contratuais.

Durante a execução do objeto do contrato fica reservado ao consórcio autonomia para dirimir e decidir todos e quaisquer casos ou dúvidas que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos no Termo de Referência, ou, ainda, nas disposições do Contrato.

O consórcio efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato, podendo, a qualquer tempo, exigir que forneça os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas ao contrato. A fiscalização efetuada não exclui nem reduz as responsabilidades da contratada perante o contratante e/ou terceiros.

A contratada deverá acatar a fiscalização do consórcio quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo a todas às solicitações de informações.

Qualquer comunicação ou notificação do contratante à contratada deverá merecer resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados do seu recebimento, submetendo-se, a contratada, às sanções e penalidades cabíveis, caso tal determinação não seja cumprida.

O instrumento de contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, nos casos de (I) dispensa de licitação em razão de valor, bem como, em (II) compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, nos termos do art. 95 da Lei 14.133/2021.

## 13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme estabelece o inciso XVI do art. 92 da Lei Federal n. 14.133/2021.

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

## 14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante obriga-se a:

Receber provisoriamente o material/serviço, disponibilizando local, data e horário;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no processo licitatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

Efetuar o pagamento no prazo previsto.

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado, observando o seguinte:

**a.** A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

**b.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda

que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

## 15 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

O pagamento do objeto da presente contratação direta, deverá ser feito pela Administração em favor do contratado mediante boleto ou transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do contratado, no prazo de até último dia útil de cada mês após a data de recebimento definitivo do objeto, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na habilitação, exceto no caso de participação de empresas em consórcio.

Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

São Lourenço do Oeste – SC, 16 de janeiro de 2026.

SOLANGE DO AMARAL MULLER:04555828909
Assinado de forma digital por SOLANGE DO AMARAL MULLER:04555828909 Dados: 2026.01.16 09:19:40 -03'00'

**Solange do Amaral Muller**
Secretária Executiva

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ:98620738968
Assinado de forma digital por VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ:98620738968 Dados: 2026.01.16 09:19:57 -03'00'

**Valdelirio Locatelli da Cruz**
Presidente do CIMAM

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA
E AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO.

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020.